

Começa Campanha Salarial de 2012



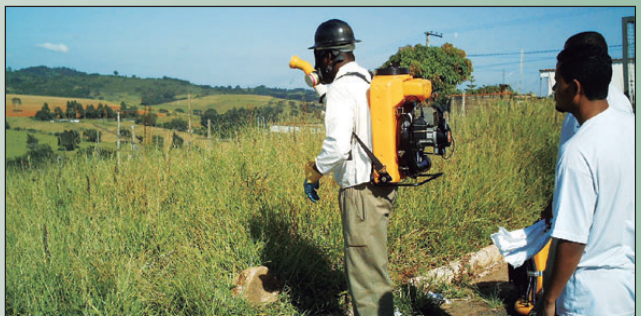
Marchas em Brasília e os servidores federais unidos. A pressão feita pela base em 2011 deve se intensificar neste ano para conseguir avanços nas negociações. A Campanha Salarial/2012 será o princi-

pal assunto da próxima reunião do Conselho Deliberativo de Entidades (CDE), que ocorrerá no dia 20 de Janeiro, às 9h, no auditório da Condsef, em Brasília.

O encontro foi convocado pela diretoria da Condsef para definição da data do lançamento da Campanha Salarial deste ano, avaliação da conjuntura atual e repasse de informes. **(Página 03)**

Trabalhadores do combate às endemias recebem indenização por quebra de contrato

Parte dos R\$ 593 milhões de crédito suplementar aprovados através do PL 20/2011 serão destinados ao pagamento de indenização para trabalhadores do Ministério da Saúde e da Fundação Nacional de Saúde (Funasa). **(Página 02)**



Um Ano Novo de muito mais luta

Leia na **página 3** este artigo de Bruno Cruz

Diretores da Condsef debatem pauta dos servidores do Ministério do Trabalho e Emprego

(Página 04)

Negociação possibilita publicação de Portaria que dá maior agilidade no pagamento de exercícios anteriores

(Página 04)

Trabalhadores do combate às endemias recebem indenização por quebra de contrato

Parte dos R\$ 593 milhões de crédito suplementar aprovados através do PL 20/2011 serão destinados ao pagamento de indenização para trabalhadores do Ministério da Saúde e da Fundação Nacional de Saúde (Funasa).

A Presidenta da República Dilma Rousseff sancionou o Projeto de Lei n.º 20/2011, que concede mais que R\$ 593 milhões em créditos suplementares ao Ministério da Saúde. Os recursos vão viabilizar o abastecimento e a distribuição de medicamentos nas farmácias populares, ações desenvolvidas pela Fundação Oswaldo Cruz, e a continuidade de atividades de combate e controle de endemias, realizadas pela Fundação Nacio-



nal de Saúde (Funasa). O PL transformou-se na Lei Federal n.º 12.523,

de 11 de novembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União(DOU),

em 14 de novembro de 2011. Segundo o diretor do Sintrasef, Edson Lima

(Feijão), esse valor também beneficiará os guardas de endemias, os agentes de saúde e os agentes de combate às endemias em suas lutas, pois é destinado ao pagamento da extinção do contrato para os servidores, assim como, para o pagamento da diferença da indenização de campo para os servidores estatutários no período em que estiveram demitidos.

O valor da indenização para cada beneficiado é de R\$7.274,04. Mais de 2 mil trabalhadores serão beneficiados com a indenização. O Ministério do Planejamento informou que o principal motivo para essa despesa extra foi a criação do programa "Saúde Não Tem Preço", por meio do qual medicamentos para hipertensão e

diabetes passaram a ser distribuídos gratuitamente, a partir de fevereiro, na rede de farmácias populares.

Conforme o texto aprovado, parte dos recursos servirá também para compor o Fundo Nacional de Saúde, para compra de medicamentos; pagamento de bolsas de residência médica e de estabelecimentos conveniados da rede privada de farmácias populares; e ampliação de unidades de atenção básica de saúde, com a aquisição de equipamentos.

Segundo o Executivo, a origem dos recursos decorre de superávit financeiro, do excesso de arrecadação com restituição de recursos de convênios e da anulação parcial de outras dotações orçamentárias.

Demonstração do Resultado SIND. DOS SERV. PÚBLICOS FEDERAIS DE MT

33.710.088/0001-94
Período: 31/10/2011

Receitas Brutas de vendas e/ou serviços

RECEITAS		
MIN PLANEJAMENTO	285,74	
EXERCITO	4.863,97	
MIN EDUCACÃO (MEC)	25,66	
MIN AGRICULTURA	3.174,24	
MIN FAZENDA	2.656,01	
MIN JUSTIÇA	50,50	
POLICIA FEDERAL	33,08	
MINAERONÁUTICA	64,88	
MPAS/SAS	236,50	
MIN SAUDE	17.071,11	
MINISTÉRIO DO TRABALHO	1.981,22	
UFMT	208,33	
FUNAI	6.227,26	
MME	146,38	
D N P M	54,34	
FUNASA	8.574,17	
A N V S	58,20	
D N I T	476,66	
AGU	263,38	
IBAMA	752,71	
MIN COMUNICAÇÕES	824,79	
INCRA	6.466,67	
MIN TRANSPORTES	7.495,72	
INSS	1.097,75	
MIN MARINHA	244,35	
CONAB	1.756,38	
D P R F	134,60	
CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS	273,60	
SERPRO	26,87	
INSTITUTO CHICO MENDES	47,28	
CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO	433,37	
DEPÓSITO CHEQUE BB	230,73	66.136,45
(=) Receita Líquida		66.136,45
(=) Superávit Bruto		66.136,45
(-) Despesas Operacionais		
DESPESAS TRABALHISTA		
SALÁRIOS	6.412,23	
FGTS	636,14	
INSS	2.269,40	
VALE TRANSPORTE	728,30	
ASSISTÊNCIA MÉDICA	555,48	
AJUDA ALIMENTAÇÃO	1.750,00	
AJUDA DE CUSTO PRESIDENTE	6.669,72	
AJUDA DE CUSTO DIRETORES	2.600,00	
GRATIFICAÇÃO COMISSONADA	1.400,00	
ANUÊNIO	139,53	23.160,80

DESPESAS ADMINISTRATIVAS

TELEFONIA E TELECOMUNICAÇÕES	887,80	
ENERGIA ELÉTRICA	914,46	
ÁGUA E ESGOTO	19,90	
MANUTENÇÃO DE REDE ELÉTRICA	8,90	
MATERIAIS DE ESCRITÓRIO	335,00	
LANCHES E REFEIÇÕES	281,16	
DESPESA C/ COMBUSTÍVEL	660,10	
MANUTENÇÃO DE VEÍCULO	230,10	
DESPESA C/ ESTACIONAMENTO	8,00	
CORREIOS E POSTAGENS	2.446,70	
VIAGENS E ESTADIAS	12.351,54	
MANUTENÇÃO PROVEDOR INTERNET	1.050,39	
HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	4.200,00	
DESPESAS TÁXI	30,00	
JORNAIS E REVISTAS	300,00	
KENTEL PLUS ALARME	195,00	
CONDSEF	700,00	
MENSALIDADE COPIADORA	300,00	
COPIAS EXCESSO	436,00	
JORNAL O COMPROMISSO	1.500,00	
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO	1.400,00	
AJUDA DE CUSTO	1.900,00	
BISA SIST AUTOMAÇÃO LTDA	1.002,16	
REUNIÃO DE DIRETORIA	1.249,50	
CONDSEF GESTÃO ANTERIOR	200,00	32.606,71
	200,00	
DESPESAS FINANCEIRAS		
TARIFAS DE MANUTENÇÃO DE CONTA	24,00	
TARIFAS BANCÁRIAS	60,00	
SAQUE CONTRA RECIBO	112,80	196,80
DESPESAS TRIBUTÁRIAS		
IRRF - IMPOSTO DE RENDA FONTE	49,24	
IPTU	603,31	625,55
(=) Superávit Operacional		9.519,59
(=) SUPERÁVIT LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		9.519,59

MARIA DE JESUS DA SILVA
CONTABILISTA
C.R.C. : MT-009536-0-4 / C.P.F. : 766.765.601-00

CARLOS ALBERTO DE ALMEIDA
PRESIDENTE
R.G. : 474000 SJ/MT / C.P.F. : 349.054.641-53

SIND. DOS SERV. PUBLICOS FEDERAIS DE MT (0xx65) 3023-9338

EXPEDIENTE

Boletim Informativo do SINDSEP-MT

Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso

Rua Dr. Carlos Borralho, nº 82, bairro Poção. CEP: 78 015-630, Cuiabá/MT

Telefones: (65) 3023 6617 / 3023 9338 - e-mail: sindsepmt@gmail.com

Jornalista Responsável: **Thais Raeli DRT 26 645/RJ**

Telefone (21) 8058-3771 E-mail: jornalista@gmail.com

Diagramação/Edição de Arte: **Mario Pulcherio Filho - 9214-8099**

Fotos: **Chico Venâncio**

DIRETORIA EXECUTIVA: CARLOS ALBERTO DE ALMEIDA - PRESIDENTE - FUNASA; ROOSEVEL MOTA - VICE-PRESIDENTE - INCRA; DAMÁSIO DE SOUZA PEREIRA - 1º SEC GERAL - CGU; ADÉLIO DA SILVA JÚNIOR - 2º SEC GERAL - DSEI-XAVANTE; EDSON LUIS DOS SANTOS - 1º TESOUREIRO - GRA; GILDÁSIO FERREIRA GOMES - 2º TESOUREIRO - SRTE; JOSÉ LUIS DA SILVA - 1º SEC. DE ADM. - MAPA; FRANCISCO LOPES FILHO - 2º SEC. DE ADM. - SVS/ROO; IDIVALDO BERNARDES DE OLIVEIRA - 1º SEC. DE ASSUNTOS JURÍD. - PRF; JOSENICE AUX. TAVARES SIQUEIRA - 2º SEC. DE ASSUNTOS JURÍD. - MAPA; ARY CÉZAR NERIS - 1º SEC. FORM. SIND. - TRANS/ROO; ADERBAL CASTRO QUEIROZ - 2º SEC. FORM. SIND. - 9º BEC; IRACI OLIVEIRA FERREIRA - 1º SEC. INTERIOR - FUNAI; BENEDITO ASSIS DA SILVA - 2º SEC. INTERIOR - SVS/CÁCERES; MARINÉZIO SOARES DE MAGALHÃES - 1º SEC. IMP. E COMUN. - GRA; ARCÍLIO DE BARROS FILHO - 2º SEC. IMP. E COMUN. - INCRA/CBÁ; IZABEL SANTANA DA SILVA - 1º SEC. APOS. E PENSION. - TRANS/CBÁ; ENILDO GOMES - 2º SEC. APOS. E PENSION. - FUNAI; JOÃO DE DEUS DA SILVA FILHO - 1º SEC. SAÚDE DO TRAB. - SVS/SINOP; IDIO NEMÉZIO DE BARROS - 2º SEC. SAÚDE DO TRAB. - SVS/SINOP; SELMO JACINTO DE OLIVEIRA - 1º SEC. ANIST. E DEDITOS - CONAB; JOACIRA SANTANA RODRIGUES DE ALMEIDA - 2º SEC. ANIST. E DEDITOS - CONAB; ELIETE DOMINGOS DA COSTA - 1º SEC. DE CULTURA - SRTE; HERONILDES FRANCISCO VIEIRA - 2º SEC. DE CULTURA - 9º BEC. **SUPLENTES DE DIREÇÃO:** DONATO FERREIRA DA SILVA - DSEI/CBÁ; SAMUEL FERNANDES DE SOUZA - SUS/ROO; LUIZ EDUARDO DE FREITAS BUENO - SVS/ERS/CBÁ; FRANCISCO ROBERTO DIAS NETO - INCRA; JOSÉ MARIA SILVA E ARRUDA - SVS/CBÁ; SEBASTIÃO PINTO DA SILVA - MIN. TRANSP/CÁCERES. **CONSELHO FISCAL TUTELAR:** JOÃO GALDINO DE SOUZA - ERS/CBÁ; JUAREZ JUSTINO DE BARROS - DSEI/CBÁ; MARIZE FRANCISCO DE ARRUDA - DNIT/CBÁ. **SUPLENTES DE CONSELHO FISCAL:** GEOVANO SANTOS MOREIRA - SVS/NORTELÂNDIA; MOACIR MÓDULO - SVS/TANGARA; ANTONIO SANTANA DO ESPIRITO SANTO - 9º BEC

Começa Campanha Salarial de 2012

Marchas em Brasília e os servidores federais unidos. A pressão feita pela base em 2011 deve se intensificar neste ano para conseguir avanços nas negociações. A Campanha Salarial/2012 será o principal assunto da próxima reunião do Conselho Deliberativo de Entidades (CDE), que ocorrerá no dia 20 de Janeiro, às 9h, no auditório da Condsef, em Brasília.

O encontro foi convocado pela diretoria da Condsef para definição da data do lançamento da Campanha Salarial deste ano, avaliação da conjuntura atual e repasse de informes.

Na ocasião, será avaliada, ainda, a data da Ple-

nária Estatutária da Confederação, que coincidirá com a data da “Semana Santa”, além de outros assuntos.

O Sindsep-MT irá enviar representantes para o encontro que irão repassar todos os encaminhamentos para os servidores.

Entidades preparam lançamento da Campanha Salarial 2012 em defesa dos servidores e serviços públicos

No dia 10, terça-feira, entidades que representam o conjunto dos servidores públicos federais se reuniram na sede da Condsef, em Brasília. O objetivo do encontro foi debater a situ-

Foto: Thais Raeli



ação dos servidores e apontar soluções para enfrentar os principais obstáculos e desafios que a categoria deve encarar este ano. Entre as entidades unidas em defesa dos servidores e serviços públicos estão ASSIBGE-SN, Andes-SN, ANFFA-Sindical, Asfoc, CUT, Condsef, CNTSS, Confelegis, CSP-Conlutas, Fasubra, Fenale, Fenalegis, Fenasps, Fena-jufe, FENASTC, Mosap, Proifes, Sinal, Sinait, Sintracen, Sinasefe, Sindlegis, Sindifisco Nacional, Sindreceita, Sinasempu e Unacom-Sindical. Juntas, as entidades também devem levantar as principais bandeiras de luta que vão fazer parte da Campanha Salarial Unificada 2012.

Um Ano Novo de muito mais luta

*Bruno Cruz

2011 foi um ano de vitórias pontuais para os trabalhadores do serviço público federal. A condução de todo o processo de negociação ficou mesmo sobre a batuta da política do governo que os jornais burgueses convencionaram chamar de “ajuste fiscal”. E o fizeram em uma tentativa de “tapar o sol com a peneira”, a crise está aí e não há como negá-la.

Em todo o mundo, a primeira medida tomada pelos países é aquela recomendada pela cartilha dos órgãos do liberalismo internacional (FMI, BID, OMC e etc...): que o povo pague a conta através do corte de gastos públicos, demissão dos servidores e garantia do pagamento das dívidas públicas aos banqueiros. A diferença entre um país e outro e a quantidade de “gordura” – leia-se riqueza – que cada um tem para queimar.

Nessa conjuntura, pode parecer que o Brasil está se saindo muito bem, contudo, uma análise mais cuidadosa vai mostrar que estamos todos nesse mesmo barco chamado “capitalismo em crise”. O Brasil cresce para pagar cada vez mais juros da dívida pública a banqueiros. As demissões no setor público não acontecem, mas a retirada de direitos e a política de reajuste inferior a inflação real que já está em curso vai desaguar na redução também real dos salários a médio e longo prazo.

Como exemplos desse fenômeno podemos citar a defasagem da contrapartida do governo nos planos de saúde, a criação de uma previdência complementar para servidores, a criação de empresa hospitalar para terceirizar serviços públicos, o endurecimento na mesa de negociação salarial, os cortes no orçamento, a não regulamentação do direito de greve dos servidores, a política de corte de ponto, reajustes apenas nas gratifi-

cações produtivistas e etc...

O balanço de 2011 mostra que o governo é apenas mais um instrumento dos capitalistas, salvo algumas pequenas concessões aos trabalhadores. O estado não existe para conciliar os interesses das diferentes classes sociais, mas para defender os interesses das elites que o instituíram. Talvez os trabalhadores não tenham entendido o chamado das suas entidades, talvez as entidades não tenham conseguido se fazer entender. Entretanto, não há dúvidas de que esse final de ano é de profunda reflexão para os trabalhadores de uma maneira geral. Pois tudo indica que a crise vai se aprofundar em 2012 e com ela a política de “ajuste fiscal” do governo sobre a classe trabalhadora.

*Bruno Cruz é jornalista do Sintrasef

Secretaria dos Aposentados e Pensionistas



Izael Santana da Silva, diretor do Sindsep-MT

No comecinho do ano, o sr. Izael Santana da Silva, comemorou mais um aniversário. São muitos anos de luta no movimento

sindical. Parabéns! Aproveitando a ocasião, a diretoria do Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso (Sin-

dsep-MT) informa que está organizando mais um encontro para a turma da melhor idade.

Feliz 2012!

Salários dignos para servidores contra máfia da agiotagem

Não é de hoje que servidores públicos ativos, aposentados e pensionistas são alvo preferencial de muitas empresas que oferecem empréstimos sem necessidade de qualquer comprovação de renda. Um problema que tende a se agravar com a possibilidade dada a servidores públicos de migrar suas contas de salário para a instituição que preferir. Com a portabilidade bancária observa-se o aparecimento de muitas cooperativas que chegam ao mercado oferecendo empréstimos a menores juros que bancos.

Para a Condsef qualquer tipo de empréstimo confira agi-

otagem. “A agiotagem, seja oficial ou clandestina, deve ser repudiada por todos os trabalhadores do serviço público”, avalia o secretário-geral da Condsef, Josemilton Costa. O secretário lembra que não são poucos os exemplos de servidores que possuem grande parte ou até mesmo todo o salário comprometido com o pagamento de empréstimos. Para evitar uma máfia, que tem nos servidores seu principal foco, a Condsef defende a implantação de uma política salarial com salários dignos.

Com salário justo e digno se evitaria a necessidade de aquisição de empréstimos

e por consequência a interrupção da exploração e agiotagem que acabam se transformando em um problema sério para a maioria dos servidores públicos. Claro que é preciso, antes de tudo, atenção redobrada por parte de cada servidor e servidora para que utilizem seus salários de modo a não comprometê-los com empréstimos e promessas de renda imediata que depois se mostram um verdadeiro pesadelo financeiro.

Antes de tudo, todos os servidores devem concentrar suas atenções na luta em defesa de melhores condições de trabalho. A mobilização e unidade intensas e

pressão junto ao governo pelo atendimento de demandas urgentes são o caminho para assegurar dignidade e tratamento adequado à maioria dos trabalhadores públicos. Para isso, deve-se começar pela necessária equiparação salarial e posterior política de reajuste linear com recomposição da inflação. Essas são bandeiras de luta que vão permanecer como prioritárias e devem ser defendidas nesta próxima campanha salarial unificada que está sendo construída e deve contar com a participação de todos.

Fonte: Condsef

Diretores da Condsef debatem pauta dos servidores do Ministério do Trabalho e Emprego

Diretores da Condsef estiveram reunidos, no último mês de dezembro, com representantes do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) para tratar de diversas pendências do Governo Federal junto aos servidores públicos daquele órgão. O encontro aconteceu no dia 14 de dezembro, na Secretaria Executiva do MTE, em Brasília.

Na ocasião, os diretores da Condsef foram informados que o MTE está analisando todas as solicitações de adesão a extensão da Jornada de 12 horas para o atendimento das secretarias de relações de trabalho e emprego, gerências e agências. Os diretores da Condsef se comprometeram, durante o encontro, a providenciar uma exposição de motivos da extensão para a homologação e o protocolo. Esse material deverá ser encaminhado a Coordenação Geral de Recursos Humanos do MTE, que

fará a análise.

Com relação ao acordo para a compensação das horas não trabalhadas no período de greve, a Condsef informou que irá reivindicar a isenção para todos os grevistas, tão logo haja a nomeação do novo ministro. Os diretores lembraram que alguns servidores foram aposentados ou pediram exoneração e não poderão cumprir a compensação.

Sobre a capacitação do servidor, o MTE informou, através de seus representantes, que foi realizada uma ampla consulta pública aos servidores para o Plano Anual de Capacitação 2012. Os diretores da Condsef solicitaram ainda a revogação da portaria 2.551/10 (que limita a participação do servidor em movimento sindical) e os representantes do MTE informaram que irão estudar a possibilidade de alteração dos pontos prejudiciais para garantir a participação dos servidores nos sindicatos.



Quanto ao Ponto Eletrônico, foi informado pelo MTE que este deverá ser implantado num breve espaço de tempo em todas as unidades da Secretaria Regional de Trabalho e Em-

prego. A Condsef cobrou que o MTE disponibilize o relatório sobre as ações referentes as melhorias de trabalho. O MTE esclareceu que irá otimizar os dados, incluindo as ações já

realizadas e disponibilizará o resultado para a Condsef.

No que se refere a fusão do MTE e Previdência, os representantes do Governo disseram não ter informações concretas sobre

este fato. Informaram apenas que, com o pedido de demissão do Ministro, o Secretário Executivo está acumulando os dois cargos e enquanto isso não fará nenhuma mudança.

Negociação possibilita publicação de Portaria que dá maior agilidade no pagamento de exercícios anteriores

O Diário Oficial da União (DOU) do dia 23 de dezembro trouxe a publicação da Portaria Conjunta nº2 que disciplina critérios para pagamento de despesas de exercícios anteriores de pessoal da administração pública, autarquias e fundações. A Portaria é fruto de negociações entre Condsef e Secretaria de Recursos Humanos (SRH) do Ministério do Planejamento e assegura para este mês o pagamento

integral das despesas de exercícios anteriores referentes às gratificações de desempenho regulamentadas a partir de 2010. Além disso, a nova Portaria traz agilidade ao pagamento de exercícios anteriores nas seguintes situações: processos com valores inferiores a R\$ 2 mil; remuneração de servidores empossados em dezembro de cada exercício após o fechamento da folha; pagamento de auxílios nata-

lidade, reclusão e funeral, entre outras situações não previstas que poderão ser analisadas pela SRH. Nesses casos o pagamento será feito sem auditoria prévia e por meio de orçamento próprio, o que deve trazer rapidez na solução de pendências.

Ainda de acordo com os critérios estabelecidos, a inclusão, alteração ou exclusão dos valores nominais de exercícios anteriores é de responsabilidade dos di-

rigentes de recursos humanos de cada órgão que deverão registrar os dados no SIAPE. Para os casos que não se encaixam no pagamento sem auditoria prévia a autorização de exercícios anteriores será feita a partir de alguns critérios descritos na Portaria. Casos como incorporação de função, anistia, cargo comissionado, entre outros que podem ser conferidos na Portaria serão pagos depois

de submetidos à prévia auditoria do Sistema de Pessoal Civil da União (SIPEC).

Já processos com valor individual superior a R\$ 70 mil somente terão pagamento autorizado mediante manifestação jurídica e atestado de disponibilidade orçamentária pela Secretaria de Orçamento e Finanças do Planejamento. Nos casos em que haja pagamento parcial do valor devido, o restante será quitado nos períodos

subseqüentes, também conforme disponibilidade orçamentária.

As informações sobre o pagamento de exercícios anteriores serão disponibilizadas na internet (SIAPENet). As consultas serão individuais e permitidas somente aos interessados. Situações não contempladas pela Portaria Conjunta nº 2 devem ser avaliadas e ter uma solução apresentada pela SRH.

Fonte: Condsef

OFICINA

A Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento irá promover, no dia 13 de janeiro, a oficina Insalubridade e a Política de Atenção à Saúde e Segurança, no INSS, em Brasília. A realização dessa oficina é resultado de acordo feito em mesa de negociação. O Sindsep-MT enviará representantes, que irão transmitir as informações para seus filiados.

Acesse nosso site:
www.sindsepmt.org.br

